



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO
PUBLICADO CONF. ART. 145 DA LOM

Redenção: 17/02/2021

Republicado em 04/02/2021 e em 17/02/2021, com algumas alterações.

Silvestre Monteiro Falcão Valente
Secretário Mun. de Administração
Decreto nº 001/21

DECRETO Nº 030, DE 25 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre as medidas de enfrentamento ao Novo Coronavírus no âmbito do Município de Redenção, bem como a adequação e aplicação do programa RETOMAPARÁ do Governo do Estado do Pará na manutenção e retomada de atividades classificadas como não essenciais em Redenção.

O PREFEITO MUNICIPAL DE REDENÇÃO-PA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do Art. 65, da Lei Orgânica do Município de Redenção, e

CONSIDERANDO as disposições do Art. 23, II e Art. 30, VII da Constituição Federal que estabelecem as competências de forma concorrentes e cooperativas entre a União, Estados e Municípios nas questões que versem sobre saúde pública.

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo STF na ADI nº 6341, em 15 de abril de 2020, estabelecendo a competência de Estados e Municípios, em cooperação com a União, para também legislar e decidirem quanto as medidas de enfrentamento ao COVID-19.

CONSIDERANDO as disposições estabelecidas pelo Art. 1º da Lei nº 13.979/2020 que estabelece as medidas que podem ser adotadas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional.

CONSIDERANDO as disposições contidas no Art. 2º da Lei nº 12.608/12, a qual atribui ao Município a competência na adoção de medidas necessárias à redução dos riscos de desastres nos seus limites.

CONSIDERANDO as disposições do Decreto Estadual nº 800/2020, bem como suas recentes alterações, no qual se promove a implantação do programa RETOMAPARÁ quanto a retomada das atividades classificadas como não essenciais e as medidas sanitárias preconizadas para esses estabelecimentos.

CONSIDERANDO a necessidade paralela de se minimizar os efeitos decorrentes da Pandemia causada pelo COVID-19 no âmbito econômico, observando a implementação de medidas restritivas que possibilitem o funcionamento de determinados setores da economia local.

DECRETA:

Art. 1º Determinar o estabelecimento de medidas de enfrentamento imediato do COVID-19 no âmbito do Município de Redenção, compreendendo o período entre 00:00 do dia 17 de fevereiro de 2021 às 23:59 do dia 04 de março de 2021, podendo ainda ter a sua prorrogação por inferior, igual ou superior prazo conforme a situação exigir.

Art. 2º Fica suspenso, pelo prazo estabelecido pelo Art. 1º, o seguinte:

- I - o licenciamento e/ou autorização para eventos, reuniões, manifestações e/ou aglomerações, de caráter público ou privado e de qualquer espécie;
- II - a utilização de ponto biométrico nos órgãos e/ou entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, devendo ser adotado outro meio que ateste a frequência;
- III - o atendimento presencial nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, quando este puder ser mantido de modo eletrônico ou telefônico;
- IV - o agendamento de novos eventos promovidos ou apoiados pelo Poder Executivo Municipal, ainda que fora do prazo mencionado no *caput* deste artigo, enquanto estiver vigente o presente Decreto; e
- V - a concessão e o gozo de férias, licença-prêmio ou licença para tratar de interesses particulares nos órgãos e entidades da área de segurança pública e de saúde ou de qualquer outro setor estratégico para contenção da pandemia.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

§1º. Ficam excepcionados do inciso I, do *caput* deste artigo, os locais de funcionamento essenciais tais como hospitais, farmácias, supermercados, órgãos de segurança e outros congêneres.

§2º. Fica ainda excepcionada a realização de feiras culturais as quais estão restritas as áreas públicas, e somente mediante autorização concedida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer, devendo seguir todas as regras sanitárias estabelecidas no Art. 10 e no §1º do Art. 13 deste Decreto.

§3º. Os leilões, modelo de negócio jurídico comum para compra e venda de gado no âmbito do Município de Redenção, também estão entre as exceções elencadas no presente artigo, devendo os seus promotores observar:

I – a realização do evento em local apropriado, arejado e ventilado, mesmo que possua sistema de refrigeração, com a disponibilização aos presentes de meios de assepsia admitidos para o enfrentamento da pandemia em locais de fácil acesso;

II – além das licenças habituais, os promotores do leilão deverão obter autorização expressa da vigilância sanitária do município para cada evento;

III – a sanitização do espaço antes e depois da realização do leilão, bem como a assepsia constante dos locais e objetos de uso comum, em intervalo não superior à 1h (uma hora) entre uma manutenção e outra;

IV – nos estabelecimentos próprios para leilões, o número de presentes não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) da capacidade total do local, os quais deverão ser acomodados em cadeiras e mesas nas condições estabelecidas através da Nota Técnica nº 05, Anexo II deste Decreto, no que se refere à quantidade de cadeiras por mesas e a respectiva distância a ser observada;

V – a oferta de bebidas e comidas aos participantes do leilão, seja de forma onerosa e/ou gratuita, deverá observar todas as regras e condicionantes constantes da Nota Técnica nº 05, Anexo II deste Decreto;

VI – o uso obrigatório de máscara aos presentes, bem como a aferição de temperatura destes ao entrarem, além da assepsia estabelecida na Nota Técnica nº 05, Anexo II deste Decreto, devendo impedir a entrada daqueles que apresentarem temperatura acima do limite estabelecido, ou qualquer dos sintomas típicos da COVID-19, ou ainda se recusem a qualquer condicionante estabelecida para entrada e permanência no local.

§ 4º. As áreas públicas de uso comum como praças e seus aparelhos, continuam fechadas, porém, o Parque Ambiental do Município poderá ser reaberto e permitir a visitação pública, devendo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, observadas as disposições e condicionantes estabelecidas neste Decreto, estabelecer os horários, quantitativo de público e demais regras de visitação.

§5º. O prazo estabelecido no *caput* repercute sobre todas as demais determinações e recomendações estabelecidas pelo presente decreto, excetuando-se a constante do §1º do Artigo 4º.

Art. 3º Os titulares dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta poderão, a seu critério, autorizar:

I - a realização de trabalho remoto, especialmente aos servidores e empregados públicos que:

- a) tenham idade maior ou igual a 60 (sessenta) anos;
- b) estejam grávidas ou sejam lactantes;
- c) apresentem doenças respiratórias crônicas, doenças cardiovasculares, câncer, diabetes, hipertensão ou com imunodeficiência, devidamente comprovadas por atestado médico público ou privado;



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

- d) apresentem febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais), independente de atestado médico; ou
- e) tenham retornado de viagem a local onde haja casos confirmados de transmissão sustentada da COVID-19;

§1º. No caso do inciso I, alínea "e", o período de afastamento, a contar do regresso da viagem, será de 14 (quatorze) dias.

§2º. Os titulares dos órgãos, entidades e autarquias aqui enumerados, podem ainda estabelecer regime de escala de serviço, de acordo com a sua necessidade, respeitando os limites de horas e respectivas jornadas dos servidores.

Art. 4º. Observado o disposto neste Decreto, fica mantido o expediente em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

§ 1º. Fica permitido as escolas e faculdades públicas e particulares, no âmbito do Município de Redenção, a retomada das atividades educacionais presenciais, conforme enumera o § 6º do Art. 23 do Decreto Estadual nº 800/2020, observado o plano de Intervenção Pedagógica Presencial elaborado pelo Município, bem como o protocolo estabelecido pela Vigilância Sanitária Municipal, estabelecido pela Nota Técnica nº 008, os quais são anexos a este decreto.

§2º. As instituições de ensino regular autorizadas a funcionar no âmbito do Município de Redenção, incluindo aquelas pertencentes à Rede Municipal, independentemente da permissão conferida pelo § 1º deste artigo, deverão promover, mediante os mecanismos tecnológicos disponíveis e apropriados, a ministração de aulas concernentes ao conteúdo programático pertinente a cada etapa, ano, curso e período, como mecanismo para minimizar os prejuízos do ano letivo.

§3º. É facultado as instituições de ensino público ou privado que possuam cursos nas áreas da saúde, segurança, técnicos de nível médio e livres, como de idiomas, nos termos do Art. 23 do Decreto Estadual nº 800/2020 a retomarem suas aulas presenciais mediante a adoção do protocolo estabelecido através da Nota Técnica nº 008, anexo IV, inclusive com a faculdade de também adotarem o sistema híbrido de ministração de aulas proposto pela Vigilância Sanitária do Município.

§4º. As instituições que optarem pela retomada das aulas presenciais, obrigatoriamente, nos termos do §7º do Art. 23 do Decreto Estadual nº 800/2020, deverão manter o ensino por meio remoto aos alunos que pertençam aos grupos de risco elencados pela Organização Mundial de Saúde, ou que assim optarem.

§5º. Nas secretarias ou autarquias municipais nas quais o serviço de atendimento ao público são essenciais, somente será admitida a entrada de pessoas que estejam usando máscaras, devendo os serventuários de tais repartições proceder de igual forma para com o uso do equipamento de proteção.

Art. 5º. Os titulares dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta da área de segurança pública e de saúde ou de qualquer outro setor estratégico para contenção da pandemia poderão, a seu critério, interromper ou suspender os afastamentos dos seus agentes, a fim de atender ao interesse público.

Parágrafo único. Fica excepcionado desde já aqueles agentes que estiverem de férias ou licença no exterior.

Art. 6º. Respeitadas as atribuições da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e da Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA), a Secretaria Municipal de Saúde deverá adotar medidas complementares de controle sanitário no aeroporto (*lato sensu*) e terminais rodoviários.

Art. 7º. Seguindo as diretrizes dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública e da Saúde, todo cidadão que adentrar no Território do Município de Redenção, proveniente do exterior ou de local



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

onde haja casos confirmados de transmissão sustentada da COVID-19, deverá seguir os protocolos indicados, que recomendam isolamento domiciliar de no mínimo 14 (quatorze) dias.

§1º. É obrigatório o uso de máscaras de proteção individual para circulação em praças, calçadas e vias públicas, bem como para entrar em prédios e repartições públicas, além da mesma obrigatoriedade para entrada em estabelecimentos comerciais, industriais e espaços de prestação de serviços.

§2º. Fica autorizado aos órgãos e entidades responsáveis pela fiscalização dos serviços públicos do Município a promoverem as ações fiscalizadoras necessárias quanto ao cumprimento do presente decreto, auxiliando a Vigilância Sanitária de Redenção naquilo que for solicitado.

§3º. O descumprimento do uso de máscara de proteção individual por parte do munícipe implicará na sua autuação por violação de norma sanitária, bem como do agente público ou privado que permitir a sua entrada em suas dependências, sujeitando-os a:

I – quanto ao munícipe, multa no valor de **R\$100,00 (cem reais)**, além do seu encaminhamento à autoridade policial para os procedimentos relativos ao cometimento do crime previsto no Art. 268 do Código Penal.

II – quanto ao agente público ou privado que permitir a entrada de pessoas sem o uso de máscara de proteção individual nas dependências da qual é o responsável ou gerente, multa de **R\$300,00 (trezentos reais)**, a qual será dobrada em caso de reincidência, estando suscetível aos procedimentos criminais relativos ao cometimento de crime previsto no Art. 268 do Código Penal.

III - quanto ao estabelecimento infrator, além dos atos administrativos de suspensão do alvará de funcionamento e lacração do local, haverá ainda aplicação de multa na ordem de **R\$5.000,00 (cinco mil reais)**

IV – além do aqui previsto, as empresas, prestadores de serviços e comércio em geral que descumprirem as medidas aqui estabelecidas sujeitam-se ainda a suspensão/cancelamento do alvará de funcionamento e lacração do local, além das medidas criminais pertinentes, conforme estabelecido pelo Art. 19 deste Decreto.

§4º. O descumprimento das medidas elencadas no caput acarretará a responsabilização civil, administrativa e penal do agente infrator, nos termos da Portaria Interministerial nº 5, de 17 de março de 2020.

Art. 8º. Os prestadores, públicos ou privados, de serviço de transporte de passageiros ficam obrigados a disponibilizar álcool em gel 70% para uso individual dos passageiros, bem como a higienizar capacetes, bancos, pisos, corrimões e demais áreas de uso comum com desinfetante hipoclorito de sódio a 0,1% a cada conclusão de trajeto.

Art. 9º. A comercialização do álcool em gel 70% no âmbito do Município de Redenção fica limitada de acordo com o critério a ser adotado por cada estabelecimento que, por sua vez, não poderá permitir que tal número ultrapasse 05 (cinco) unidades por pessoa.

Art. 10. Facultar a reabertura de restaurantes, lanchonetes, conveniências, soverterias e similares no período estabelecido no presente decreto, desde que respeitada a Nota Técnica nº 005 da Vigilância Sanitária do Município de Redenção, Anexo II do presente Decreto, bem como todas as demais Notas Técnicas condicionantes pertinentes e previstas no presente dispositivo.

§ 1º. Os estabelecimentos que possuem funcionamento em horário noturno deverão encerrar suas atividades impreterivelmente a meia-noite (00:00), não sendo admitido justificativa para manutenção de funcionamento em horário superior ao aqui delimitado.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

§ 2º. A permissão aqui estabelecida para restaurantes e lanchonetes contempla inclusive aqueles localizados em praças esportivas, clubes e balneários, os quais devem seguir todas as normas e condicionantes estabelecidas na Nota Técnica nº 005;

§ 3º. Fica proibida a comercialização de bebidas alcóolicas por parte das conveniências no período estabelecido pelo Artigo 1º do Decreto, sujeitando o seu infrator à todas as sanções previstas no Art. 7º, §§ 3º e 4º deste.

§ 4º. Os bares, casas noturnas, boates e similares ficam com a suspensão do seu funcionamento pelo prazo aqui estabelecido, bem como a realização de eventos com música ao vivo ou som mecânico ou automotivo, inclusive em restaurantes, balneários, lanchonetes, admitindo-se unicamente o som ambiente para estes.

§ 5º. Observado os critérios técnicos estabelecidos pela Nota Técnica nº 005, no que se refere a distanciamento entre mesas e respectivas cadeiras, somente será admitido o número máximo de 06 (seis) pessoas por mesa, desde que possua dimensões para tal, sendo admitido juntar mais uma mesa para que a capacidade aqui estabelecida seja atendida, devendo tal condicionante ser respeitada em todos os estabelecimentos aqui elencados;

§ 6º. Fica facultado as praças esportivas e de lazer particulares a retomada de suas atividades, desde que observado todo o protocolo estabelecido na Nota Técnica nº 09 da Vigilância Sanitária Municipal;

§ 7º. A faculdade estabelecida pelo §6º deste artigo 10 do presente decreto se estende as áreas comuns dos condomínios e edifícios residenciais, ficando cada residencial responsável por estabelecer os protocolos, horários e condições de uso de referidas áreas;

§ 8. Diante da condição de atividade de lazer e entretenimento, fica facultado aos cinemas a retomada de suas atividades devendo, para tanto, observar as regras e condicionantes estabelecidas pela Nota Técnica nº 006 da Vigilância Sanitária do Município de Redenção.

§ 9º. nos termos do Art. 16-C, III do Decreto Estadual nº 800/2020, fica permitido, nos estabelecimentos cujo funcionamento está autorizado, a realização de apresentação de músicos/artista em número máximo de 02 (duas) pessoas.

§ 10. Descumprimento de qualquer das condicionantes aqui estabelecidas, bem como quanto a Nota Técnica nº 005 da Vigilância Sanitária do Município de Redenção, implicará na aplicação das sanções estabelecidas pelas disposições do § 3º do Art. 7º deste Decreto, além de todos os demais dispositivos que o presente decreto permite aplicação.

Art. 11. Fica autorizada a realização de eventos particulares, tais como casamentos, aniversários, formaturas, desde que sejam promovidos em ambientes abertos, arejados e particulares, devendo ainda observar:

I – a autorização da Vigilância Sanitária do Município para sua realização, após requerimento formal do interessado (modelo Anexo IX), o qual deverá indicar data, local, horário e responsável pelo evento, sob as penalidades aqui previstas neste Decreto em caso de descumprimento.

II - limite máximo de 100 (cem) pessoas por evento, devidamente acomodados em cadeiras e em quantidade não superior a 06 (seis) por mesa, as quais deverão observar os distanciamentos estabelecidos na Nota Técnica nº 05 da Vigilância Sanitária Municipal.

III – a sanitização do local antes da realização do evento, bem como a assepsia constante dos locais e objetos de uso comum, em intervalo não superior à 1h (uma hora) entre uma manutenção e outra;



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

IV – em eventos nos quais ocorra a oferta de bebidas e comidas aos participantes, deverá ser observado todas as regras e condicionantes constantes da Nota Técnica nº 05, Anexo II deste Decreto;

V – o uso obrigatório de máscara aos presentes, bem como a aferição de temperatura destes ao entrarem no local, além da assepsia estabelecida na Nota Técnica nº 05, Anexo II deste Decreto, devendo impedir a entrada daqueles que apresentarem temperatura acima do limite estabelecido, ou qualquer dos sintomas típicos da COVID-19, ou ainda se recusarem a qualquer condicionante estabelecida para entrada e permanência no local.

§1º: O horário limite para término do evento devidamente autorizado é o mesmo previsto nas disposições do §1º do Art. 10 do presente Decreto.

§2º. O responsável pelo evento tem a obrigação de fazer cumprir todas as condicionantes aqui estabelecidas, sob pena das sanções estabelecidas no § 3º do Art. 7º deste Decreto.

Art. 12. Facultar a reabertura das academias, locais de treinamentos físicos e artes marciais, similares, pelo período de vigência do presente decreto, desde que sejam respeitadas e cumpridas as exigências da Nota Técnica nº 004, Anexo I deste Decreto Municipal.

§1º. O funcionamento facultado pelo caput está condicionado à autorização e vistoria prévia da Vigilância Sanitária do Município de Redenção, quanto ao cumprimento das exigências estabelecidas pela Nota Técnica nº 004, mediante requerimento direcionado à mesma pelo interessado no funcionamento, cujo modelo é o Anexo VI do presente Decreto.

§2º. As academias, locais de treinamentos físicos e artes marciais integram o rol de exceções quanto ao horário de funcionamento estabelecido pelo §7º do Art. 13 do presente decreto, podendo executar suas atividades em horário distinto ao ali limitado.

Art. 13. Além das atividades classificadas como essenciais pelo Decreto Municipal nº 166/2020, as atividades classificadas como não essenciais poderão retomar o seu funcionamento, excetuando-se as atividades elencadas no § 4º do Art. 10, devendo observar:

I – as recomendações estabelecidas pelo Ministério da Saúde e vigilância sanitária quanto a assepsia do local, móveis e demais objetos utilizados no desenvolvimento da atividade, bem como a ventilação do espaço;

II – facilitação do acesso ao álcool 70% ou qualquer outro meio de assepsia admitido pelos órgão de vigilância, sinalizando o acesso de forma clara ao seu cliente;

III – respeito ao distanciamento mínimo entre pessoas estabelecido pelas organizações de saúde, incluindo os colaboradores do estabelecimento.

IV – proibição de entrada no estabelecimento de clientes que não estejam fazendo uso de máscaras de proteção individual.

§1º. Os estabelecimentos comerciais do Município de Redenção, além das regras estabelecidas pelo caput deste artigo, funcionarão com outras restrições, observando as normas de prevenção e demais determinações do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde, destacando:

I – afastamento preventivo dos colaboradores com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, bem como os portadores de doenças respiratórias crônicas, doenças cardiovasculares, câncer, diabetes, hipertensão ou com imunodeficiência, devidamente comprovadas por atestado médico público ou privado.

II – afastamento temporário do colaborador que apresentar os sintomas do COVID-19, o qual deverá, no prazo de 03 (três) dias, contados do seu afastamento, apresentar ao seu empregador,



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

declaração da Comissão de Operações Especiais – COE, da Secretaria Municipal de Saúde, atestando o seu atendimento ou atestado médico pertinente.

III – os empresários e comerciantes deverão fornecer aos seus colaboradores os Equipamentos de Proteção Individuais – EPI's recomendados para o enfrentamento do COVID-19, bem como acesso facilitado a álcool em gel e demais meios de assepsia admitidos pelo Ministério da Saúde como eficaz no combate da pandemia.

IV – os empresários e comerciantes deverão proporcionar a assepsia necessária aos seus clientes/consumidores ao entrarem em seus estabelecimentos, bem como a assepsia dos carrinhos e cestas por eles utilizados para realização das compras.

V – deverá ser mantido um distanciamento mínimo de 1,5m entre os colaboradores e entre colaboradores e clientes/consumidores presentes no local.

VI – a assepsia e limpeza do estabelecimento, incluindo piso, balcões, maçanetas e todas as demais superfícies deverão ser realizadas, no mínimo, a cada 2h (duas horas) ao longo do seu funcionamento.

VII – a ventilação e circulação de ar ambiente deverá ser garantida pela manutenção da abertura de portas e janelas.

VIII – não será permitida a permanência prolongada dos clientes/consumidores dentro dos estabelecimentos, devendo os empresários e comerciantes garantirem um atendimento que evite aglomerações no local, respeitando o número máximo de clientes/consumidores admitidos, de acordo com o estabelecido no inciso III deste.

IX – os empresários e comerciantes deverão promover, dentro do seu estabelecimento, mediante folhetos, áudios e/ou vídeos, as informações e orientações para prevenção e enfrentamento ao COVID-19.

§2º. O comércio local geral, na realização de suas ações de marketing promocional, deverá enfatizar todas as práticas que visem o distanciamento social, o uso de máscara e a assepsia das mãos para fins de atendimento de sua clientela.

§3º. O funcionamento das barbearias e salões de beleza fica condicionado ao cumprimento de todas as recomendações firmadas pela Vigilância Sanitária do Município de Redenção, através da Nota de Recomendação de nº 005/2020, Anexo III, sob as penalidades previstas no presente decreto, além daquelas estabelecidas pela legislação pertinente, destacando:

I – O profissional deverá, obrigatoriamente, promover a higienização de suas mãos, mediante lavagem com água e sabão ou álcool em gel, bem como dos seus utensílios de trabalho, desinfetando os mesmos antes e depois de cada atendimento;

II – limpeza de bancadas, cadeiras, maçanetas, piso, mediante uso de água sanitária e/ou álcool 70%, antes e depois de cada atendimento;

III – promover o atendimento usando máscaras e aventais descartáveis;

IV – promover o atendimento de apenas 01 (um) cliente por vez, por profissional, priorizando a prestação de serviço mediante agendamento prévio.

V – evitar a formação de fila de espera, a qual não poderá exceder ao número de 02 (dois) clientes por estabelecimento, devendo tais clientes manterem o distanciamento estabelecido no presente Decreto, bem como os demais cuidados previstos para enfrentamento da COVID-19;

VI – as barbearias e salões que possuírem mais de 05 (cinco) funcionários, deverão estabelecer sistema de rodízio e agendamento de acordo com o número de profissionais.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

VII – manter o ambiente arejado e ventilado, disponibilizando meios de assepsia das mãos aos clientes e profissionais, mediante lavagem com água e sabão ou álcool 70%.

§4º. Os salões de beleza e barbearias que, comprovadamente se utilizam de agendamento de horários dos seus clientes, seja ele físico ou eletrônico, os quais obrigatoriamente deverão ser apresentados em ato de fiscalização, estão dentro das exceções quanto ao horário de funcionamento estabelecido no § 7º deste Art. 13.

§5º. Especificamente quanto às agências bancárias, deverão as mesmas cumprir, ao longo do seu funcionamento com:

I – A assepsia das portas, especialmente a giratória, maçanetas, balcão de atendimento, caixas eletrônicos, disponibilizando álcool 70% ou álcool em gel de mesmo percentual;

II – Demarcação das áreas internas e externas de atendimento ao público, incluindo as calçadas, garantindo o distanciamento mínimo de 1,5m entre cada usuário, procedendo de igual forma para com as áreas nas quais se dá a formação de filas para uso de seus serviços, mesmo quando estas ultrapassarem a testada do prédio da agência.

III – Permanência de um servidor na parte externa da agência, durante todo o expediente bancário, ao qual fica incumbida a obrigação de promover a organização da fila, além das orientações e atendimentos que agilizem os serviços, bem como o controle da quantidade de usuários no interior da agência, evitando a aglomeração de pessoas no local.

IV – Promoção de todo o necessário quanto ao cumprimento das disposições da Lei Municipal nº 692/15, no que se refere ao atendimento do usuário e todas as demais culminações legais ali estabelecidas no âmbito do Município de Redenção.

V – Proibição de entrada nas agências de usuários que não estejam usando máscara de proteção individual.

§6º. Todos os estabelecimentos elencados neste artigo 13, deverão, obrigatoriamente exigir, e, facultativamente fornecer, para sua clientela, máscara de proteção individual para acessar suas dependências, devendo impedir a entrada daqueles que se recusarem a fazer uso.

§7º. O horário de funcionamento do comércio em geral, essencial ou não essencial, passa a ser regulamentado pelas convenções e/ou acordos coletivos de trabalho, e, em caso de inexistência, pelas disposições estabelecidas pela Lei Trabalhista e demais normas de direito, excetuando-se as atividades comerciais noturnas, as quais, nos termos do §1º do Art. 10, permanecem com horário restritivo de funcionamento.

§8º. Os estabelecimentos que trabalharem com delivery, especialmente aqueles elencados no Art. 10 do presente Decreto, também integram o rol das exceções ao horário de funcionamento estabelecido no parágrafo anterior, podendo manter o seu funcionamento regular.

Art. 14. A manutenção da suspensão e/ou fechamentos pelo período aqui indicado se aplica aos shows artísticos e culturais, de custeio público ou privado, em ambientes abertos ou fechados, bem como passeatas, cavalgadas, parques exposição e diversão e similares.

§1º. Os eventos de caráter privado, mesmo de ordem familiar, que implique na aglomeração de pessoas que não vivam na mesma unidade habitacional, seja residência urbana, chácara ou fazenda, no âmbito do Município de Redenção, deverá respeitar todas as recomendações estabelecidas no Art. 11 do presente Decreto, bem como a Nota Técnica nº 005 da Vigilância Sanitária do Município;

§2º. O funcionamento das feiras livres habituais do Município de Redenção terá a sua atividade limitada ao comércio de hortifrutigranjeiros, açougues e demais gêneros alimentícios, devendo ser observado o regramento geral estabelecido pela Nota de Recomendação da Vigilância Sanitária quanto ao funcionamento e manuseio dos produtos.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

§3º. As demais atividades executadas na feira livre não classificadas como hortifrutigranjeiros, de acordo com a sua natureza, deverão observar o estabelecido pelos artigos 10 e artigo 13, em seu §1º e incisos, do presente decreto, quanto ao seu desenvolvimento.

Art. 15. Os passageiros de ônibus, vans e/ou qualquer tipo de veículo de transporte coletivo interestadual ou oriundos de áreas dentro do Estado do Pará no qual há confirmação de casos de COVID-19, que desembarcarem no Município de Redenção, obrigatoriamente serão submetidos à triagem médica realizada em unidade de saúde designada para tal finalidade, onde será estabelecido por profissional médico, de acordo com o caso, a quarentena ou isolamento social.

Art. 16. As entidades religiosas também estão facultadas a promoverem a retomada gradual de suas atividades, devendo respeitar todas as normas e condicionantes sanitárias destacadas no presente Decreto, bem como a limitação do número de fiéis por celebração de acordo com o tamanho do local de culto, e sua capacidade em receber o seu público devidamente acomodado, observado o seguinte critério:

I – locais de culto com a capacidade de até 100 pessoas, o número máximo admitido será de 30 pessoas por reunião;

II - locais de culto com a capacidade de até 300 pessoas, o número máximo admitido será de 65 pessoas por reunião;

III - locais de culto com a capacidade superior a 300 pessoas, o número máximo admitido será de 100 pessoas por reunião;

§ 1º. Em caso de decisão pela realização da reunião de culto, deverão os responsáveis e líderes religiosos adotarem as medidas estabelecidas pelo Ministério da Saúde quanto ao distanciamento mínimo entre os presentes, assepsia do local e assentos, fornecimento de álcool em gel, álcool 70º aos presentes e/ou meio de constante assepsia das mãos e demais disposições.

§ 2º. Deverão as entidades religiosas que decidirem pela realização de seus cultos, não ultrapassarem o número de pessoas aqui estabelecido, bem como exigir o uso de máscara de proteção individual por parte dos participantes.

Art. 17. Aos velórios serão aplicadas as determinações e restrições quanto ao número de pessoas, tempo de permanência e tudo mais que as portarias e determinações do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado de Saúde determinarem.

Art. 18. As sanções aplicadas enquanto da vigência dos Decretos nº 107 e nº 166, os quais deixam de vigor à partir da vigência deste novo ato, permanecem produzindo seus efeitos administrativos e jurídicos quanto aquilo já praticado, devendo serem respeitados e validados todos os prazos e etapas dos procedimentos realizados enquanto da vigência destes.

Art. 19. O descumprimento das medidas destacadas no presente Decreto, além do previsto pelo §3º do Art. 7º do presente, implicará em multa, suspensão/cancelamento do alvará de funcionamento e lacração do local, além das medidas criminais pertinentes.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser revisto e alterado a qualquer tempo, considerando os impactos que o COVID-19 pode provocar e tem provocado em nossa sociedade.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE REDENÇÃO-PA, aos 17 dias do mês de fevereiro de 2021.

MARCELO FRANÇA BORGES
Prefeito Municipal



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO I - DECRETO Nº 30, DE 2021.

NOTA TÉCNICA Nº 004

**MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO ENFRENTAMENTO A COVID PARA A REABERTURA AS
ACADEMIAS, CROSSFIT E ATIVIDADES DE ARTES MARCIAIS**

Limpeza geral das unidades:

1. Disponibilizar recipientes com álcool em gel 70% para uso por clientes e colaboradores em todas as áreas da academia (recepção, musculação, peso livre, salas coletivas, vestiários, kids room, etc);
2. Disponibilizar fora da academia, um tapete molhado ou um recipiente com lâmina líquida de 1 cm de altura com desinfetante ou água sanitária para a higienização dos calçados antes da entrada;
3. Durante o horário de funcionamento da academia, fechar cada área de 1 a 2 vezes ao dia por pelo menos 30 minutos para limpeza geral (maçanetas, aparelhos de musculação, halteres, colchonetes e desinfecção dos ambientes (quaternário de Amônia)
4. Após o encerramento das atividades física diária realizar a desinfecção geral da academia com Quaternário de Amônia deixar o produto durante o período de fechamento noturno realizar a limpeza no outro dia antes da abertura;
5. Posicionar kits de limpeza em pontos estratégicos das áreas de musculação e peso livre, contendo toalhas de papel e produto específico de higienização para que os clientes possam usar nos equipamentos de treino, como colchonetes, halteres e máquinas. No mesmo local, deve haver orientação para descarte imediato das toalhas de papel.
6. Manter o local ventilado com janelas abertas.

DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO A SEREM ADOTADAS PELÁ AS ACADEMIAS

**1- Uso obrigatório de equipamento de proteção individual (EPIs) para funcionários,
personal trainers, alunos e terceirizados:**



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO**

- Máscaras** - recepcionistas, professores, alunos, equipe de limpeza, gerentes e terceiros.
- Devem ser seguidas todas as orientações da Organização Mundial de Saúde para uso desse equipamento.
- 2- Recomenda-se verificar com termômetro digital a laser à distância a temperatura de todos os entrantes. **Caso seja apontada uma temperatura superior a 37.8 °C, recomenda-se não autorizar** a entrada da pessoa na academia, incluindo clientes, colaboradores e terceirizados;
 - 3- Deverá fazer a triagem antes da entrada do cliente, como questionar sobre queixas de síndrome respiratória, febre, tosse, dor de garganta ou desconforto respiratório; registrar a execução do fast track em formulário elaborado pela empresa contendo no mínimo o nome do aluno, endereço e telefone para contato a cada atendimento; se for identificado qualquer sintoma o atendimento deverá ser cancelado e o aluno orientado a buscar o serviço médico.
 - 4- Se algum colaborador apresentar febre alta junto com algum outro sintoma de COVID-19, informar imediatamente à gerência local;
 - 5- Esta **vetado** o uso de leitor digital para entrada na academia e catracas;
 - 6- Limitar a quantidade de clientes que entram na academia: ocupação simultânea de 1 cliente a cada 4m² ;
 7. Limitar a quantidade de clientes por horário de acordo com o espaço de cada academia estabelecido no item 6;
 8. Delimitar com fita o espaço em que cada cliente deve se exercitar nas áreas de peso livre e cada cliente deve ficar a 1,5 metros de distância do outro;
 9. Vetado atividade físicas coletivas;
 10. Utilizar apenas 50% dos aparelhos de cardio, ou seja, deixar o espaçamento de um equipamento sem uso para o outro. Fazer o mesmo com os armários; Renovar todo o ar do ambiente, de acordo com a exigência da legislação, e fazer a troca dos filtros de ar, no mínimo 1 vez por mês, usando pastilhas adequadas para higienização nas bandejas do aparelho;
 11. Comunicar para os clientes trazerem as suas próprias toalhas e garrafas de água para ajudar na manutenção da higiene dos equipamentos;



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO**

12. Expor aos clientes todos os manuais de orientação, folder e/ou áudio com instruções de prevenção no interior da academia, que possam ajudar a combater a contaminação do COVID-19;
13. Capacitar todos os colaboradores em como orientar os clientes sobre as medidas de prevenção.
14. O treino deve ser impresso pela recepcionista ou professor. Caso haja caixa de fichas os alunos devem manter sua ficha de treino consigo. É preferível que a academia disponibilize os treinos por meio eletrônico.

DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO A SEREM ADOTADAS POR CLIENTES

1. Higienização das mãos com água e sabão e/ou álcool em gel a 70% com frequência;
2. Uso de garrafa de água individual;
3. Uso de toalha individual;
4. Restrição de que não será autorizada a entrada de clientes nem funcionários e terceirizados com temperatura acima de 37.8°C;
5. Gráfico com a frequência diária por horário;
6. Recomendação para que os clientes evitem horários de pico e se programem para treinar em horários alternativos.
7. Realizar todas as orientações feitas pela a academia quanto ao uso de mascaras e distanciamento de 1,5mt;
8. Realizar a higienização antes e apos o uso dos aparelhos de musculação;

As determinações aqui apresentadas são requisitos obrigatórios no ato de fiscalização, ficando condicionada a retomada do funcionamento a autorização da Vigilância Sanitária quanto ao cumprimento do aqui exigido, estando o modelo de requerimento no anexo VIII deste decreto.

Redenção, 10 de Julho de 2020



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II - DECRETO Nº 30, DE 2021.

NOTA TÉCNICA Nº 005

MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO ENFRENTAMENTO A COVID PARA A REABERTURA DE RESTAURANTES, PIZZARIA, LANCHONETES, CONFEITARIAS, SORVETERIAS, AÇAITERIAS E AFINS

Aos estabelecimentos:

1. Realizar Campanha Educativa com orientações e medidas de prevenção adotadas pelo estabelecimento ao enfrentamento da COVID-19 (banners, áudio visual, cartazes, folders ou cartilhas explicativas);
2. Os estabelecimentos como restaurantes, pizzarias, lanchonetes, confeitarias, sorveterias e afins deverão providenciar que seja mantido separação mínima entre as mesas de 2 metros e entre as cadeiras de 1 metro;
3. Nas filas deve ser promovido o distanciamento de 1 metro entre os clientes, com demarcação no chão;
4. Disponibilizar fora do estabelecimento, um tapete molhado ou um recipiente com lâmina líquida de 1 cm de altura com desinfetante ou água sanitária para a higienização dos calçados antes da entrada;
5. Aos estabelecimentos que possuem ambientes internos, é **obrigatório** o uso de termômetro Tipo de Não contato Infravermelho para verificação da temperatura de todos que adentrarem ao recinto. **Caso seja identificado uma temperatura superior a 37.8 °C, recomenda-se não autorizar** a entrada destes, incluindo clientes, colaboradores e terceirizados;
6. Só poderão ter acesso ao estabelecimento os clientes que estiverem de máscaras, e a retirada da mesma só será permitida durante as refeições.
7. Realize o controle de entrada e saída dos clientes a fim de evitar aglomerações;
8. Proibida a entrada de pessoas com sintomas gripais;



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

9. Os locais disponíveis para assento deverão estar sinalizados de forma adequada para fácil identificação por parte dos clientes e devem ser higienizados a cada uso;
10. Intensificar a frequência de higienização de superfícies (mesas, cadeiras, maçanetas, superfícies do bufê, área do café, balcões, teclados, máquina de cartão revestida de plástico filme, etc.) do estabelecimento bem como os procedimentos de higiene da cozinha e do (s) banheiro (s);
11. As lixeiras devem ser providas de tampa e pedal, nunca com acionamento manual - e precisam ser mantidas higienizadas diariamente.
12. Mantenha os dispensers e papeleiras dos lavatórios dos clientes, abastecidos de sabonete líquido, papel toalha descartável e, se possível, álcool em gel 70%, orientações sobre lavagem de mãos;
13. Os restaurantes e buffet (self service) devem colocar no local onde ficam os pratos e talheres, dispensadores de álcool 70% e luvas descartáveis para uso dos clientes. Os talheres para servir só poderão ser manuseados com as luvas. Deve ser mantido no início da fila de acesso ao bufê um funcionário ou cartaz com orientações para os clientes sobre a conduta descrita;
14. Os talheres de uso dos clientes devem ser higienizados com álcool 70% e embalados individualmente, bem como manter os pratos, copos e demais utensílios protegidos; Não será permitido o uso de toalhas de mesa de tecido.
15. Não será permitido a utilização de cardápios de papel ou plastificado. O menu deverá ser exposto em lousa ou cardápio digital, que o cliente pode acessar lendo um QR Code pelo celular.
16. Álcool em gel deve ser disponibilizado aos clientes na entrada e em pontos estratégicos do local (mesas, caixa, buffet).
17. A ventilação natural deve ser privilegiada, havendo a necessidade do uso de ar condicionado, a limpeza dos filtros deverá ser feita diariamente.
18. Após a lavagem dos utensílios (pratos, talheres, copos e etc) com água e sabão, deixar em solução com hipoclorito de sódio por 10 minutos, em seguida enxague;



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO**

19. Manter o uso obrigatório de máscaras pelos colaboradores (administração, caixa, garçons, manipuladores de Alimentos, seguranças) realizando a troca no mínimo a cada 4h de trabalho ou sempre que se fizer necessário;
20. Medidas de distanciamento também devem ser promovidas na cozinha, assim como a divisão de trabalho em turnos;
21. Os locais para refeição de funcionários, quando presentes, deverão ser utilizados com apenas 1/3 (um terço) da sua capacidade (por vez). Deverão organizar cronograma para sua utilização de forma a evitar aglomerações e cruzamento entre os trabalhadores (fluxos interno e de entradas e saídas), além de garantir a manutenção da distância mínima de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros);
22. Os responsáveis pelo estabelecimento devem fazer orientações aos trabalhadores sobre a correta higienização das instalações, equipamentos, utensílios e higiene pessoal, com comprovação documental, de acordo com a Resolução RDC nº 216/2004 da ANVISA;

Aos clientes

1. Os clientes devem usar máscara ao entrar no estabelecimento, devendo retirar apenas no momento da refeição, colocando-a novamente após o término;
2. Ao entrar no estabelecimento realizar a higienização das mãos com álcool 70% ou água e sabonete líquido;
3. Quando se dirigir ao bufê o cliente deverá espalhar o álcool 70% em toda a superfície das mãos, friccionar por 20 segundos, calçar as luvas descartáveis para então começar a servir-se;
4. Os talheres para servir só poderão ser manuseados com as luvas;
5. Orienta-se que os clientes deverão permanecer apenas o tempo necessário para o consumo nos estabelecimentos;
6. Evitar tossir ou espirrar sobre os alimentos;
7. Evitar tocar o rosto, nariz, olhos e boca enquanto estiver se servindo;



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO**

8. Quando possível, realizar o pagamento com cartão, diminuindo o contato com o funcionário do caixa;
9. Realizar todas medidas de prevenção preconizadas pelo o estabelecimento.
10. Os proprietários deverão ter o controle de entrada de seus clientes, mantendo em arquivo, data e horário, nome e telefone de cada um que adentrou em seu estabelecimento. Caso seja necessário para conclusão de fechamento de investigação epidemiológico, o Departamento de Vigilância e Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Redenção fará solicitação dessas informações.

As determinações aqui apresentadas são requisitos obrigatórios no ato de fiscalização, estando as condutas e ações permitidas para este momento de pandemia e restrições devidamente estabelecidas, onde, o seu descumprimento implicará nas sanções administrativas e judiciais pertinentes.

Redenção/PA, 10 de julho de 2020.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO III - DECRETO Nº 30, DE 2021.

Nota de Recomendação nº 005

Salões e Barbearias

Diante da situação de emergência em saúde pública no Brasil, causada pelo Novo Coronavírus, bem como o que é estabelecido pelas disposições da Lei nº 13.465 de 05 de fevereiro de 2020, observando ainda o Plano Nacional de Contingenciamento a COVID-19 no que tange às medidas de prevenção e controle e enfrentamento estabelecidas, além das recomendações estipuladas pela OMS, Ministério da Saúde, ANVISA e Secretaria de Vigilância em Saúde do Estado do Pará, a vigilância sanitária do Município de Redenção recomenda aos salões de beleza e barbearias que:

- Obrigatória a lavagem das mãos com água e sabão, higienização das mãos, bancadas, instrumentos de trabalhos (tesouras, pentes, escovas, secadores), cadeiras, lavatórios com álcool 70% ou outro mecanismo de desinfecção admitido, antes e depois de cada atendimento.
- Usar máscaras e aventais descartáveis durante o atendimento, descartando-os imediatamente após o uso.
- Evitar aglomerações no local, estabelecendo agendamento de clientes, bem como manter o ambiente limpo, arejado e ventilado.
- Disponibilizar meios de assepsia para os clientes e colaboradores mediante álcool 70% o água e sabão.
- Quando não houver agendamento, manter no máximo 01 (um) cliente em espera no local.
- Estabelecimentos que possuírem mais de 05 (cinco) colaboradores, estabelecer sistema de rodízio dos mesmos, especialmente aqueles que executam os serviços de corte e demais tratamentos capilares, manicures, maquiadoras e similares.

As recomendações aqui estabelecidas se prestam a minimizar o contato entre profissional e cliente, bem como a pronta desinfecção como mecanismo de enfrentamento ao COVID-19, devendo ser atendida e demonstrada nos atos fiscalizatórios que o estabelecimento vier a sofrer, onde, o seu descumprimento implicará em sanções prevista nos atos pertinentes.

Redenção/PA, 02 de abril de 2020.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO IV - DECRETO Nº 30, DE 2021.

NOTA TÉCNICA Nº 008

**MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO ENFRENTAMENTO A COVID PARA
A RETOMADA AS AULAS.**

Ao estabelecimento:

1. Realizar Campanha Educativa com orientações e medidas de prevenção adotadas pelo estabelecimento ao enfrentamento da COVID-19 (banners, áudio visual, cartazes, folders ou cartilhas explicativas);
2. Distanciamento social;
3. Número de alunos por sala considerada a metragem quadrada de 1,5 m de distância espaço individual;
4. Cancelamento de atividades em grupo;
5. Controle de temperatura de estudantes e servidores;
6. Sinalização de rotas dentro da escola;
7. Uso obrigatório de máscara;
8. Lavatório e pias com dispensador de sabonete líquido, suporte com papel toalha, lixeira com tampa, acionamento por pedal, dispensadores com álcool em gel em pontos de maior circulação de pessoas (recepção, corredores);
9. Dosadores de álcool gel na entrada do estabelecimento para higienização das mãos quando entrarem e saírem da escola;
10. Rotinas de geração, higienização e desinfecção dos espaços escolares e de seus acessos (maçanetas das portas, balcões, mesas por exemplo).
11. Desativação de bebedouros com disparo para boca e incentivo á utilização de recipientes individuais;



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

12. Proibição do compartilhamento de materiais e equipamentos (copos, canetas, jalecos);
13. Logística para entrega de material impresso (apostilas seguindo todas as orientações preventivas sanitárias);
14. Realizar a higienização das salas, e mobiliário com álcool 70% e/ou quartenário de Amônia após o termino de cada turno de aulas.
15. Organização dos espaços de atividades de trabalho contemplam todas as medidas necessárias à biossegurança ;
16. As lixeiras devem ser providas de tampa e pedal, nunca com acionamento manual - e precisam ser mantidas higienizadas diariamente.
17. Mantenha os dispensers e papeleiras dos lavatórios dos clientes, abastecidos de sabonete líquido, papel toalha descartável e, se possível, álcool em gel 70%, orientações sobre lavagem de mãos;
18. A limpeza dos filtros das centrais de ar deverá ser feita diariamente.
19. No estágio das aulas práticas a ocupação máxima se dará de 50% dos espaços em salas e laboratórios, sem prejuízo do limite de 1,5 m quadrado por aluno.
20. Todos os colaboradores deverão, obrigatoriamente, fazer uso de máscara e protetor facial durante as atividades diárias.
21. **É obrigatório** o uso de termômetro Tipo de Não contato Infravermelho para verificação da temperatura de todos que adentrarem as escolas. **Caso seja identificado uma temperatura superior a 37.8 °C, veda-se a entrada destes.**
22. Proibida a entrada de pessoas com sintomas gripais;
23. Aos clientes entrar no estabelecimento realizar a higienização das mãos com álcool 70% ou água e sabonete líquido;



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO**

24. Limitação na quantidade de pessoas permitidas no banheiro; caso o local apresente lotação máxima, é necessário aguardar do lado de fora nos espaços demarcados no chão até que outra pessoa saia do banheiro e seja permitida a entrada.
25. Obrigatoriedade da utilização dos EPI's (equipamento de proteção individual) nos laboratórios (máscaras, óculos de proteção ou face shields, avental e luvas);
26. Estabelecimento de limite de pessoas e de orientações para uso seguro por espaço, de acordo com sinalização visual;

As determinações aqui apresentadas são requisitos obrigatórios no ato de fiscalização, estando as condutas e ações permitidas para este momento de pandemia e restrições devidamente estabelecidas, onde, o seu descumprimento implicará nas sanções administrativas e judiciais pertinentes.

Redenção-PA, 28 de Agosto de 2020.

COE



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO V - DECRETO Nº 30, DE 2021.

NOTA TÉCNICA Nº 007

**MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO ENFRENTAMENTO A COVID PARA RETORNO DAS
ATIVIDADES ARTÍSTICAS DOS MÚSICOS EM BARES DE REDENÇÃO**

Aos Músicos:

1. É Obrigatório o uso de máscaras aos integrantes da banda, com exceção dos vocalistas durante suas apresentação;
2. Faixa de contenção e restrição de distância do palco para as mesas dos clientes de no mínimo 3 metros;
3. Álcool em gel em lugares estratégicos do palco;
4. Proibido a aproximação do público no palco durante as apresentações;
5. E vetado a dança afim de garantir o distanciamento social;
6. Cada banda com o dever de manter seus próprios equipamentos profissionais, tanto do de canto quanto o de uso pessoal;
7. Realizar Campanha Educativa com orientações e medidas de prevenção adotadas pelo estabelecimento e banda ao enfrentamento da COVID-19 no intervalo das apresentações (banners, áudio visual, cartazes, folders ou cartilhas explicativas);
8. Realizar a higienização dos instrumentos musicais inclusive microfone, com álcool 70% e/ou quartenário de Amônia no inicio e após o termino de cada apresentação.
9. As apresentações artísticas cústica só o poderão ser realizadas em estabelecimentos devidamente Licenciados e vistoriados pela a vigilância Sanitária.

As determinações aqui apresentadas são requisitos obrigatórios no ato de fiscalização, estando as condutas e ações permitidas para este momento de pandemia e restrições devidamente estabelecidas, onde, o seu descumprimento implicará nas sanções administrativas e judiciais pertinentes.

Redenção/PA, 26 de Agosto de 2020.

COE



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO VI - DECRETO Nº 30, DE 2021

NOTA TÉCNICA Nº 006

MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO ENFRENTAMENTO A COVID PARA A REABERTURA DO CINEMA

Ao estabelecimento:

1. Realizar Campanha Educativa com orientações e medidas de prevenção adotadas pelo estabelecimento ao enfrentamento da COVID-19 (banners, áudio visual, cartazes, folders ou cartilhas explicativas);
2. Todos os Funcionários deverão, obrigatoriamente, fazer uso de máscara e protetor facial durante o funcionamento
3. Nas filas deve ser promovido o distanciamento de 1 metro entre os clientes, com demarcação no chão;
4. Divulgação das vendas de ingressos online
5. Disponibilizar fora do estabelecimento, um tapete molhado ou um recipiente com lâmina líquida de 1 cm de altura com desinfetante ou água sanitária para a higienização dos calçados antes da entrada;
6. **É obrigatório** o uso de termômetro Tipo de Não contato Infravermelho para verificação da temperatura de todos que adentrarem as sessões. **Caso seja identificado uma temperatura superior a 37.8 °C, recomenda-se não autorizar a entrada destes, incluindo clientes e funcionários;**
7. Só poderão ter acesso ao estabelecimento os clientes que estiverem de máscaras.
8. Aumentar o intervalo de uma hora de uma sessão para a outra a fim de evitar aglomerações e realizar a higienização das salas.
9. A exibição de filmes somente no formato 2D, com intuito de evitar o contato dos clientes com os óculos 3D.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO

10. Realizar a higienização das salas, poltronas com álcool 70% e/ou quartenário de Amônia após o termino da sessão.
11. Proibida a entrada de pessoas com sintomas gripais;
12. Vetada a entrada de pessoas pertencentes ao grupo de risco;
13. Os assentos deverão estar sinalizados alternando, a cada uma poltrona utilizada duas poltronas isoladas respeitando o distanciamento social de forma adequada para fácil identificação por parte dos clientes;
14. É **Obrigatório** o uso da máscara por clientes dentro das salas durante a exibição do filme;
15. Intensificar a frequência de higienização de superfícies (cadeiras, maçanetas, balcões, teclados, máquina de cartão revestida de plástico filme, lpad, etc.)
16. As lixeiras devem ser providas de tampa e pedal, nunca com acionamento manual - e precisam ser mantidas higienizadas diariamente.
17. Mantenha os dispensers e papeleiras dos lavatórios dos clientes, abastecidos de sabonete líquido, papel toalha descartável e, se possível, álcool em gel 70%, orientações sobre lavagem de mãos;
18. A limpeza dos filtros das centrais de ar deverá ser feita diariamente.
19. Os responsáveis pelo estabelecimento devem fazer orientações aos trabalhadores sobre a correta higienização das instalações, equipamentos, poltronas e banheiros.
20. Aos clientes entrar no estabelecimento realizar a higienização das mãos com álcool 70% ou água e sabonete líquido;
21. Realizar todas as medidas de prevenção preconizadas pelo o estabelecimento,
22. O cliente poderá garantir produtos da bomboniere através da venda online através do site.
23. Cabine de acrílico ou vidro na área do bombenier, realizar a higienização com frequência



ANEXO VII- DECRETO Nº 30, DE 2021.

NOTA DE RECOMENDAÇÃO Nº09

MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO ENFRETAMENTO A COVID – 19 PARA RETORNO AS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Prezados senhores

Considerando a situação de emergência em saúde pública no Brasil, causadas pelo o Coronavírus e considerando a Lei N°13.979 de 06 de fevereiro de 2020, de acordo com o Plano Nacional de Contingência ao Coronavírus, segundo as medidas de prevenção e controle ao Coronavírus pela OMS, Ministério da Saúde, ANVISA e Secretaria de Vigilância em Saúde, Decreto Municipal nº093/2020, a vigilância sanitária municipal de Redenção-PA recomenda como forma de prevenção e controle de transmissão do COVID – 19, serão permitida o retorno das praticas esportivas com seguintes recomendações.

- Adotar o uso obrigatório de máscara ao sair de casa;
- Ausência de sinais e sintomas de COVID-19 nos últimos 14 dias;
- Ausência de contato com qualquer caso suspeito de COVID-19 nos últimos 14 dias;
- Higienizar as mãos com água e sabão (de acordo com as recomendações) ou com álcool em gel 70%;
- Não cumprimentar ninguém com abraço, beijo ou aperto de mão;
- Levar ao treino somente o que for extremamente indispensável;
- Se tossir ou espirrar, cobrir o nariz e a boca com cotovelo flexionado ou lenço de papel;

Proibido

- Vedado presença de público;
- Vedado participação de atletas com sinais e sintomas de COVID-19 nos últimos 14 dias ou tenha contato com qualquer pessoa confirmado de COVID-19
- Proibido compartilhar objetos como garrafa de água ou copos;
- Evitar o compartilhamento de telefones entre outros objetos.
- Vedada a venda e consumo de alimentos nos locais da realização das atividades esportivas;



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO**

24. Nas filas da bomboniere, deverá ser garantido o distanciamento físico de no mínimo 2,0m entre cada cliente demarcados no chão.

As determinações aqui apresentadas são requisitos obrigatórios no ato de fiscalização, estando as condutas e ações permitidas para este momento de pandemia e restrições devidamente estabelecidas, onde, o seu descumprimento implicará nas sanções administrativas e judiciais pertinentes.

Redenção/PA, 26 de Agosto de 2020.

COE



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO**

CUIDADOS AO CHEGAR EM CASA

- Usar máscara no trajeto para casa
- Retirar a roupa colocá-la para higienização e tomar banho logo em seguida. Não tocar em nada e ninguém antes do banho;
- Higienizar objetos como celular, carteira e equipamentos de treino com álcool 70%;

COE

Redenção, 28 de Agosto de 2020



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO VIII- DECRETO Nº 30, DE 2021.

MODELO DE REQUERIMENTO – FUNCIONAMENTO DE ACADEMIA

À
Coordenação de Vigilância Sanitária do Município de Redenção
Secretaria Municipal de Saúde do Município de Redenção

REQUERIMENTO

(NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA), devidamente registrada no (CPF/CNPJ), com endereço de funcionamento à (endereço da academia e/ou local de treino), em atenção ao estabelecido pelo Decreto Municipal nº (...), vem por meio deste solicitar a realização de fiscalização e, posteriormente, autorização para funcionamento do(a) (nome da academia e/ou local de treino), por ter promovido e cumprido todas as exigências estabelecidas pela Nota Técnica nº 005.

Redenção/PA, ____ de _____ de 2021.

(Nome do Requerente)



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO IX- DECRETO Nº 30, DE 2021.

MODELO DE REQUERIMENTO – REALIZAÇÃO DE EVENTO

À
Coordenação de Vigilância Sanitária do Município de Redenção
Secretaria Municipal de Saúde do Município de Redenção

REQUERIMENTO

(NOME DO INTERESSADO - PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA), devidamente inscrito no (cpf/cnpj), com endereço à (...), vem por meio deste solicitar **AUTORIZAÇÃO** para realização do evento de (casamento/aniversário/formatura), o qual tem data prevista para (dia/mês) do corrente ano, a ser realizado no(a) (local do evento), tendo seu início previsto para (horário de início), estando desde já ciente que o horário de término é o estabelecido por este decreto em seu §1º do Art. 11.

Na qualidade de responsável pelo evento, este é o meu requerimento

Redenção/PA, ____ de _____ de 2021.

(Nome do Requerente)



REDEÇÃO
PREFEITURA

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E LAZER
DEPARTAMENTO DE ENSINO

Marcelo França Borges
Prefeito Municipal de Redenção

Profº Vanderly Antonio Luiz Moreira
Secretário Municipal de Educação

Arteglene Alves Monte
Diretora do Departamento de Ensino

Jeanne Alves da Cunha Dias
Coordenadora Educação Infantil

Maria Arlete Oliveira da Silva Camargo
Coordenadora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Luci Rocha
Coordenadora dos Anos Finais Ensino Fundamental

Dorilde de Araújo Silva
Coordenadora do Campo

Iranildo Tomé
Articulador do Documento Curricular Município

REDEÇÃO – PARÁ 2021



1. APRESENTAÇÃO

O período de pandemia requer que o setor educacional do mundo inteiro promova adequações em seus planejamentos para a partir do ano de 2020, bem como os anos vindouros, a fim de atender as necessidades impostas para o enfrentamento do novo Coronavírus (COVID-19).

Assim sendo, a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Lazer apresenta o Plano de Ação com orientações para o retorno das atividades pedagógicas presenciais na Rede Municipal de Ensino de Redenção, que se darão dentro de um modelo de ensino com aulas não presenciais e intervenção pedagógica presencial, com a indicação tanto dos objetos de conhecimento, quanto da carga horária destinadas às atividades, conforme o Parecer nº 05/2020 do Conselho Nacional de Educação de 07/07/2020, a Nota Técnica nº 008 da Prefeitura Municipal de Redenção, o ofício nº 248/2020 – MP – 2ª PJR, de 07 de outubro de 2020 e a Nota Técnica do Conselho Municipal de Educação de 17 de julho de 2020, ressalta-se que este Plano de Ação só terá aplicabilidade após evidências científicas, formuladas por autoridade médica e/ou sanitária, no sentido de que é possível a retomada das atividades presenciais nas escolas de forma segura e responsável em toda a Rede Municipal, com retorno presencial gradativo dos alunos garantindo assim que sejam cumpridas todas as etapas para diminuir ao máximo os riscos à saúde da comunidade escolar, compactuando com o sentimento de que a vida é nosso bem maior e a educação é um instrumento de reconstrução e de transformação de nosso mundo, bem como de nossas vidas.

2. JUSTIFICATIVA

Considerando que um dos desafios para um planejamento eficaz em relação ao futuro diante da pandemia COVID-19 é saber exatamente o que orientar aos servidores, alunos, famílias e comunidade escolar, visto que, vários foram os acontecimentos que afetaram fisicamente e psicologicamente professores, comunidade, servidores, famílias e alunos.

Considerando as orientações do ofício nº 248/2020 – MP/2ª PJR, de 07/11/2020, o parecer do Conselho Nacional de Educação de 07/07/2020, a Nota Técnica nº 008 da Prefeitura Municipal de Educação e a Nota Técnica do Conselho Municipal de

Educação de 17/07/2020, as orientações da Secretaria Municipal de Saúde e do Departamento de Vigilância Sanitária é que este projeto se justifica.

Considerando ainda, que as medidas de prevenção ao enfrentamento à COVID-19 elencadas na metodologia deste Plano de Ação será fiscalizado pela autoridade sanitária local.

Considerando que será criado com a orientação da SEMEC um comitê intersetorial formado por membro do Conselho Municipal de Educação, Ministério Público, Conselho Tutelar, SEMEC, Secretaria de Saúde e Departamento de Vigilância Sanitária para fiscalizar as ações.

Considerando, por fim, que a educação de qualidade é um dos pilares da sociedade contemporânea e que o direito à educação de qualidade se associa à dignidade do ser humano e que o conjunto de orientações aqui presentes objetivam, acima de tudo, a preservação da vida, a diminuição das desigualdades de forma a ampliar ou complementar a perspectiva de aprendizado, bem como corrigir ou mitigar as dificuldades de acesso à aprendizagem não presencial oferecida até o momento, salientando que cabe, mais uma vez, às autoridades locais, setor intersetorial e aos órgãos de saúde decidirem quanto a data de retomada das atividades de intervenção presenciais, obedecendo o protocolo de biossegurança no que diz respeito às medidas de proteção e prevenção à COVID-19, com manutenção nas Unidades Escolares de um ambiente seguro e saudável para alunos, servidores, famílias e colaboradores.

3. OBJETIVO GERAL

Orientar o retorno das atividades de intervenção presencial na Rede Municipal de Ensino, levando em consideração as seguintes questões essenciais: retorno gradual, atenção à saúde emocional/física da comunidade escolar, avaliação diagnóstica do estudantes e comunicação frequente com as famílias sempre com primordial atenção em preservar a saúde, a vida e prevenir a proliferação do vírus, garantindo a intervenção pedagógica presencial, permitindo que o aluno conheça o professor pessoalmente e estabeleça um vínculo emocional e psicológico com cada estudante.

3.1 OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Orientar sobre todos os aspectos, os cuidados sanitários necessários para o retorno às aulas presenciais de acordo com recomendações dos órgãos competentes;
- Orientar as famílias e toda a comunidade escolar sobre os protocolos e procedimentos sanitários;
- Garantir a participação ativa dos gestores e comunidade escolar da Rede de Ensino Municipal Público e Privado, quanto à prática cotidiana dos protocolos de biossegurança;
- Buscar parceria junto ao setor intersetorial, vigilância sanitária e órgãos da saúde para manter a fiscalização quanto aos protocolos de biossegurança;

4. METODOLOGIA

4.1 Planejamento Estratégico

- Os professores do grupo de risco devidamente comprovados, serão responsáveis para ministrarem as aulas remotas aos alunos que não puderem assistir aulas presenciais, bem como tirar dúvidas das atividades impressas e acompanhá-los no ensino, na aprendizagem e desenvolver o processo de avaliação dos mesmos.
- Será realizado um levantamento entre os alunos de cada turma, para saber quantos irão participar das atividades de intervenção presenciais.
- Os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ministrarão duas horas de atividades presenciais e duas horas de aulas não presenciais. No dia que os mesmos não ministrarem atividades presenciais, irão ministrar quatro horas de aulas não presenciais.
- Os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que fazem parte do grupo de risco, ministrarão quatro horas de aulas não presenciais, tendo necessidade, poderão atender alunos de outras turmas.
- Os professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental, seguirão um cronograma de rodízio nas atividades presenciais, levando em consideração a realidade cada Unidade de Ensino, quanto a carga horária de cada Componente Curricular e o número de turmas.
- Atendimento intersetorial (CME, MP, Conselho Tutelar, Saúde, Vigilância Sanitária).

4.2 Estrutura do Ambiente Escolar

- Instalação de pias na entrada das dependências Unidade Escolar com sabão líquido.
- Sinalização no piso da escola para que os alunos mantenham a distância de 1,5 metro entre si.
- Oferecer álcool em gel 70% em todos os ambientes.
- Uso de máscaras.
- Desativação de bebedouros com disparo para a boca e incentivo à utilização de garrafa individual.
- Utilização de termômetro digital na entrada.
- Fica proibido o uso de espaços como: cantina, brinquedoteca, biblioteca, refeitório, laboratório e outros.

4.3 Acolhimento de professores e profissionais não docentes

- Palestra com psicólogo ou profissionais da saúde capacitados seguindo os protocolos de distanciamento e quantitativo de pessoas de acordo com o espaço.
- Palestra informativa de prevenção à COVID-19 com profissional da saúde (médico(a), enfermeiro (a), assistente social) ou outro profissional habilitado, seguindo os protocolos de distanciamento e quantitativo de pessoas de acordo com o espaço.
- Preparação de acolhimento de famílias e alunos pelos profissionais da Unidade Escolar.

4.4 Plano de comunicação de retorno às atividades de intervenção presencial com orientações sobre COVID-19

- Orientar pais, professores, alunos e profissionais da educação sobre procedimentos, protocolos e possíveis consequências da pandemia que vivemos.

- Desenvolver campanha de comunicação a ser plantada nas redes sociais (post, vídeos, infográficos, boletins), tv, emissora de rádio e na escola (cartazes e orientações gerais), com relação aos procedimentos a serem adotados por todos contra a proliferação do vírus.
- Adotar linguagem e comentários motivadores, estimulantes e que passem confiança a toda comunidade escolar, ajudando na conscientização e motivação de todos para o enfrentamento da crise.

4.5 Retorno gradativo dos alunos

As escolas deverão se organizar de acordo com o número de alunos, seguindo todas as recomendações da OMS e leis vigentes, porcentagem no total do número de alunos na escola, respeitando todos os Protocolos Sanitários, de forma que o aluno não participe em dias consecutivos.

Etapa 1 – Capacidade de 25% em alternância de dias.

Etapa 2 – 50% dos alunos (30 dias após entrar na fase I) em alternância de dias.

Etapa 3 – 100% dos alunos somente após a orientação da OMS

Os pais ou responsáveis assinarão o termo de autorização para os estudantes que vão participar do Projeto de Intervenção Pedagógica Presencial - IPP, bem como aqueles que não irão participar presencialmente.

4.6 Protocolos de controle de infecção

- Inspeção de temperatura corporal dos estudantes e servidores na entrada da escola.
- Questionários para estudantes e servidores sobre as condições de saúde.

4.7 Transporte escolar

- Um aluno por poltrona.
- Higienização constante do veículo, utilizando álcool 70%, quaternário de amônia e/ou hipoclorito de sódio, sempre que um aluno entrar ou sair.
- Álcool gel ou 70% na entrada e saída dos alunos.
- Aferição de temperatura na entrada.



4.8 Protocolo de relacionamento

- Afastamento social sem abraços e apertos de mão.
- Proibição de aglomerações dentro da escola.

4.9 Organização espacial

- Cadeiras distanciadas uma da outra (1,5m).
- O professor deverá manter distanciamento de 1,5 m da primeira carteira do aluno.

4.10 Organização temporal

- Ajustamento da carga horária (duas horas de atividades de intervenção presencial).
- Alternância entre aulas não presenciais, atividades de intervenção presencial utilizando o livro didático, livro de apoio e atividades impressas.
- Horário de entrada e saída de aula deverá ser diferenciado entre os grupos de estudantes.

4.11 Rotina de Higienização

- Limpeza das maçanetas das portas várias vezes ao dia e na troca de turnos.
- Limpeza total do ambiente escolar no intervalo de cada turno.
- Limpeza de sanitários a cada uma hora.
- Levar uma toalha própria para secar as mãos e não compartilhar material escolar.
- Levar uma garrafa de água própria.

4.12 Prática Pedagógica

- Avaliação diagnóstica de cada estudante será aplicada logo após o período de acolhimento aos alunos, que possibilitará ter uma visão global com foco na aprendizagem e nas suas defasagens. Isso facilitará a organização do programa de recuperação e as reposições necessárias.
- Será necessário fazer adaptações curriculares com foco nas aprendizagens essenciais que assegurem as condições necessárias à promoção dos estudantes com qualidade e equidade. Para isso, serão realizados recursos, métodos, estratégias e intervenções tanto para o processo de ensino-aprendizagem, como para o sistema de avaliação. As UEs utilizarão estratégias sob a orientação do Departamento de Ensino

com o intuito de diminuir o impacto dos prejuízos pedagógicos no período da pandemia.

- Os professores da Rede Pública Municipal de Ensino, irão desenvolver as atividades de intervenção presencial, utilizando os livros de apoio nos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática "Um Giro pela Aprendizagem", bem como o livro didático e atividades impressas.

- Os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal, irão desenvolver as atividades de intervenção presencial privilegiando os Componentes de Língua Portuguesa e Matemática, os demais componentes serão trabalhados de forma interdisciplinar e nas aulas não presenciais.

- Para os professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal, será organizado sob a orientação do Departamento de Ensino, um cronograma de horário das atividades de intervenção presencial, levando em consideração a carga horária de cada componente curricular e carga horária do professor na Unidade de Ensino.

5. CRONOGRAMA

Previsão do Início: 1º de março de 2021.

6. AVALIAÇÃO

A avaliação deste Plano de Ação será diária e contínua diante das incertezas da COVID-19, com engajamento da comunidade escolar, SEMEC e equipe intersetorial.

7. BIBLIOGRAFIA

- Medida Provisória do Governo Federal nº 934, de 01 de abril de 2020.
- Nota Técnica nº 008 da Prefeitura Municipal de Redenção.
- Nota Técnica Conjunta CEE/PA – SEDUC nº 01/2020, de 21 de maio de 2020.
- Ofício nº 248/2020 do MP-2ª PJR 07/10/2020.
- Parecer nº 005/2020 do Conselho Nacional de Educação.
- Nota Técnica do Conselho Municipal de Educação de 17 de julho de 2020.